

**ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – “UFRN” E A UNIVERSIDADE AUTÓNOMA METROPOLITANA – “UAM”**

**ACUERDO DE COOPERACIÓN ENTRE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DEL RIO GRANDE DEL NORTE – “UFRN” Y LA UNIVERSIDAD AUTÓNOMA METROPOLITANA – “UAM”**

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**, inscrita no CNPJ Nº 24.365.710/0001-83 com sede à Avenida Senador Salgado Filho, 3000, Campus Universitário, Lagoa Nova, Natal, Estado do Rio Grande do Norte, CEP: 59.078-970, Brasil, doravante denominada “UFRN”, neste ato representada por seu Magnífico Reitor, **Prof. Dr. JOSÉ DANIEL DINIZ MELO**, e a **UNIVERSIDAD AUTÓNOMA METROPOLITANA**, com sede na Prolongación Canal de Miramontes 3855, quinto piso, Colonia Ex-Hacienda San Juan de Dios, Alcaldía Tlalpan, Código Postal 14387, México, dorovante denominada “UAM”, neste ato representada por seu Reitor Geral, **Dr. EDUARDO ABEL PEÑALOSA CASTRO**, resolvem de comum acordo celebrar o presente Acordo de Cooperação em conformidade com a legislação vigente em seus respectivos países e mediante as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

La **UNIVERSIDAD FEDERAL DEL RIO GRANDE DEL NORTE**, inscrita en el CNPJ Nº 24.365.710/0001-83, ubicada en Avenida Senador Salgado Filho, 3000, Campus Universitario, Lagoa Nova, Natal, Provincia del Rio Grande del Norte, CEP: 59.078-970, Brasil, en adelante designada “UFRN”, representada en este acto por su Magnífico Rector, **Prof. Dr. JOSÉ DANIEL DINIZ MELO**, y la **UNIVERSIDAD AUTÓNOMA METROPOLITANA**, con sede en Prolongación Canal de Miramontes 3855, quinto piso, Colonia Ex-Hacienda San Juan de Dios, Alcaldía Tlalpan, Código Postal 14387, México, en adelante “UAM”, representada en este acto por su Rector General, **Dr. EDUARDO ABEL PEÑALOSA CASTRO**, deciden de común acuerdo establecer este Acuerdo de Cooperación de conformidad con la legislación vigente en sus respectivos países y respetando las siguientes cláusulas y condiciones:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O objeto do presente Termo é estabelecer uma cooperação mútua e ampla entre a “UFRN” e a “UAM”, visando desenvolver em conjunto ações de mútuo interesse por meio de:

- 1.1. Visitas e intercâmbio de professores, alunos e técnicos administrativos das referidas instituições objetivando a realização de atividades voltadas à pesquisa, ensino, extensão e gestão universitária;
- 1.2. Constituição de grupos de trabalho, elaboração e desenvolvimento conjunto de projetos e programas de cooperação a curto, médio e longo prazos;
- 1.3. Organização conjunta de eventos acadêmicos, científicos e culturais;
- 1.4. Cursos de diferentes níveis e categorias;
- 1.5. Consultoria técnica;

**CLAUSULA PRIMERA - DEL OBJETO**

El objeto de este Acuerdo es establecer una cooperación mutua y amplia entre la “UFRN” y la “UAM”, con el fin de desarrollar conjuntamente acciones de mutuo interés mediante:

- 1.1. Visitas e intercambio de profesores, alumnos y personal técnico-administrativo de las instituciones mencionadas, con miras a la realización de actividades dirigidas a la investigación, docencia, extensión y gestión universitaria;
- 1.2. Formación de grupos de trabajo, preparación y desarrollo conjunto de proyectos y programas de cooperación a corto, mediano y largo plazo;
- 1.3. Organización conjunta de eventos académicos, científicos y culturales;
- 1.4. Cursos de diferentes niveles y categorías;

- 1.6. Intercâmbio de informações e publicações acadêmicas, científicas e culturais;
- 1.7. Facilitação do acesso à infraestrutura informacional e laboratorial das respectivas instituições.

- 1.5. Consultoría técnica;
- 1.6. Intercambio de información y publicaciones académicas, científicas y culturales;
- 1.7. Simplificación del acceso a la infraestructura de información y de laboratorio de las instituciones respectivas;

## CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

## CLAUSULA SEGUNDA - DE LA EJECUCIÓN

Para a execução do objeto acordado na cláusula primeira, as instituições interessadas elaborarão projetos específicos definidos em Planos de Trabalho, devidamente aprovados e vinculados ao presente Termo de Cooperação.

Para la ejecución del objeto acordado en la cláusula primera, las instituciones interesadas elaborarán proyectos específicos definidos en Planes de Trabajo, devidamente aprobados y vinculados a este Acuerdo de Cooperación.

- 2.1. Os planos de trabalho ou Projetos aludidos nesta cláusula deverão seguir as normas do Plano de Trabalho previsto no art. 116 da Lei 8.666/93, contendo no mínimo as seguintes informações:

- 2.1. Los planes de trabajo o Proyectos a los que se hace referencia en esta cláusula seguirán las reglas del Plan de Trabajo establecido en el artículo 116 de la Ley 8.666/93, y contendrán al menos la siguiente información:

- a) Identificação do objeto a ser executado;
- b) Identificação dos executores e as responsabilidades assumidas entre as instituições interessadas;
- c) Metas a serem atingidas;
- d) Etapas ou fases de execução;
- e) Previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas.

- a) Identificación del objeto que se ejecutará;
- b) Identificación de los ejecutores y las responsabilidades asumidas por las instituciones interesadas;
- c) Metas que se alcanzarán;
- d) Etapas o fases de ejecución;
- e) Fecha prevista para el inicio y el final de la ejecución del objeto, así como para la finalización de las etapas o fases programadas.

- 2.2. Caso seja necessário, serão elaborados Termos Aditivos ou Acordos específicos para definir regras de operacionalização das atividades.

- 2.2. Si necesario, se elaborarán Adendas o Acuerdos específicos para definir reglas de operación de las actividades.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DA COORDENAÇÃO

## CLÁUSULA TERCERA - DE LA COORDINACIÓN

As atividades desenvolvidas com base no presente Acordo de Cooperação Acadêmica terão a supervisão e coordenação dos responsáveis pela área internacional de cada instituição, ou por aqueles oficialmente designados para representá-las. Na "UFRN", pelo Secretário de Relações Internacionais e Interinstitucionais (SRI), Prof. Márcio Venício Barbosa. Na "UAM", pelo

Las actividades desarrolladas en el marco de este Acuerdo de Cooperación Académica tendrán la supervisión y coordinación de los responsables del área internacional de cada institución, o de aquellos oficialmente designados para representarlas. En la "UFRN", por el jefe de la Oficina de Relaciones Internacionales e Interinstitucionales (SRI), el Prof. Márcio Venício

Coordenação Geral para o Fortalecimento Acadêmico e Vinculação, Dr. Joaquín Flores Méndez.

Barbosa. En la “UAM”, por el Coordinador General para el Fortalecimiento Académico y Vinculación, Dr. Joaquín Flores Méndez.

3.1. As instituições poderão recorrer a instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, para a obtenção dos recursos necessários para financiar, total ou parcialmente, o desenvolvimento das atividades a serem realizadas no âmbito do presente acordo, quando ambas as instituições considerarem necessário.

3.1. Las instituciones podrán recurrir a instituciones nacionales o internacionales, públicas o privadas, para obtener los recursos necesarios para financiar, en todo o en parte, las actividades que se llevarán a cabo en virtud de este acuerdo, cuando ambas instituciones lo consideren necesario.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA**

**CLÁUSULA CUARTA - DE LA VALIDEZ**

O presente Termo de Cooperação vigorará pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado a partir da data da sua assinatura. Ao término do qual poderá ser renovado por períodos iguais, mediante comunicação por escrito entre as instituições e a assinatura do documento correspondente.

Este Acuerdo de Cooperación será válido por un período de 05 (cinco) años, a partir de la fecha de la firma. Al final del cual podrá renovarse por períodos iguales, a través de aviso por escrito entre las instituciones y la firma del documento correspondiente.

**CLÁUSULA QUINTA – DO NÚMERO DE VAGAS PARA INTERCÂMBIO**

**CLÁUSULA QUINTA - DEL NÚMERO DE PLAZAS PARA EL PROGRAMA DE INTERCAMBIO**

As instituições acordantes estabelecerão, anualmente, um número **recíproco** de vagas para professores, alunos e servidores técnicos, para participação no intercâmbio, conforme oferta a seguir:

Las instituciones contratantes deberán establecer, anualmente, un número **recíproco** de plazas para profesores, alumnos y personal técnico, para la participación en el programa de intercambio, de acuerdo con la siguiente oferta:

<b>Categoria do intercambista</b>	<b>Nº de vagas</b>	<b>Duração do intercâmbio</b>
Professores	02	01 ano
Alunos	02	01 ano
Servidores Técnicos	02	01 ano

<b>Categoría del Participante</b>	<b>Número de plazas</b>	<b>Duración del intercambio</b>
Profesor	02	01 año
Alumnos	02	01 año
Personal técnico	02	01 año

5.1. A duração do intercâmbio ou o número de intercambistas que excedam ao estipulado serão analisados pelas instituições.

5.1. La duración del programa de intercambio o el número de participantes que exceda los números estipulados serán analizados por las instituciones.

## **CLÁUSULA SEXTA – DA EMISSÃO DE VISTO**

A instituição anfitriã emitirá os documentos cabíveis a cada intercambista para a emissão de visto de aluno, em concordância com as leis em vigor, sendo de responsabilidade de cada intercambista obter o visto de aluno em seu país de origem em tempo hábil.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Cada instituição deverá envidar todos os esforços para o levantamento de fundos provenientes de fontes internas e externas, a fim de tornar possível a realização de programas de cooperação. De modo que não haverá transferência de recursos financeiros entre as instituições.

7.1. O(s) aluno(s) participantes(s) do programa de mobilidade pagar(ão) todas as taxas acadêmicas correspondentes à Instituição de origem e será(ão) isentos das taxas de matrícula na Instituição acolhedora.

7.2. Os alunos de mobilidade serão responsáveis individualmente por suas despesas de manutenção, alojamento, despesas de viagem e de visto, seguro de saúde, livros e outras despesas pessoais. A não ser que as instituições concordem previamente em cobrir alguns ou todos estes gastos.

7.3. Os docentes que participem de intercâmbio serão responsáveis por todos os custos e/ou gastos que não estejam explicitados nas normas internas de apoio financeiro à mobilidade docente de cada instituição. Esta cláusula também se aplica aos servidores técnicos.

## **CLÁUSULA OITAVA - DA PROPRIEDADE INTELECTUAL**

As atividades de investigação conjunta que possam produzir resultados passíveis de serem protegidos pelos direitos de propriedade intelectual deverão estar previstas nos Projetos ou Planos de Trabalho

## **CLÁUSULA SEXTA- DE LA EMISIÓN DE VISADOS**

La institución anfitriona emitirá los documentos aplicables a cada participante para la emisión de una visa de alumno, de acuerdo con las leyes vigentes. Es responsabilidad de cada participante obtener la visa de alumno en su país de origen en el plazo apropiado.

## **CLÁUSULA SÉPTIMA - DE LOS RECURSOS FINANCIEROS**

Cada institución debe hacer todos los esfuerzos posibles para recaudar fondos de fuentes internas y externas a fin de permitir que se lleven a cabo programas de cooperación. Por lo tanto, no habrá transferencia de recursos financieros entre las instituciones.

7.1. Los alumnos que participen en el programa de movilidad pagarán todas las tasas académicas correspondientes a la Institución de origen y disfrutarán de una exención del pago de las tasas de matrícula en la Institución anfitriona.

7.2. Los alumnos de movilidad serán responsables de sus gastos de mantenimiento, alojamiento, viaje y visa, seguro de salud, libros y otros gastos personales, a menos que las instituciones acuerden por adelantado cubrir algunos o todos estos gastos.

7.3. Los profesores que participen en el programa de intercambio serán responsables de todos los costos y / o gastos que no estén especificados en las reglas internas de apoyo financiero de cada institución para la movilidad de los profesores. Esta cláusula también se aplica a personal técnico.

## **CLÁUSULA OCTAVA - DE LA PROPIEDAD INTELECTUAL**

Las actividades conjuntas de investigación que puedan producir resultados pasibles de protegerse mediante derechos de propiedad intelectual deben incluirse en los Proyectos o Planes de trabajo

vinculados ao presente Acordo de Cooperação. Ambas as Universidades deverão acordar regras de articulação no sentido de garantir a adesão de todos os intervenientes às regras estabelecidas nos seus respectivos Regulamentos de Propriedade Intelectual. Portanto, nenhum dos resultados da cooperação científica ou técnica poderá ser utilizado sem o acordo prévio das duas instituições. A instituição que deixar de cumprir o pactuado nesta cláusula assumirá a responsabilidade jurídica correspondente.

### **CLÁUSULA NONA – DO SEGURO**

Os professores, alunos e técnicos administrativos participantes dos programas de cooperação, nos termos deste Acordo, seguirão as exigências de imigração do país da instituição receptora, e deverão contratar um seguro internacional de cobertura médico-hospitalar para a sua permanência no exterior.

### **CLAUSULA DÉCIMA – DOS DANOS E PREJUÍZOS**

Fica expressamente acordado que nenhuma das instituições terá responsabilidade civil por danos e prejuízos que possam ocorrer por motivo de força maior ou casos fortuitos que possam impedir a continuidade das atividades previstas no presente convênio ou seus instrumentos derivados, podendo ser retomadas nas mesmas condições e circunstâncias quando desaparecerem as causas que motivaram sua suspensão, até sua conclusão total.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES**

As emendas ou alterações de qualquer natureza serão estabelecidas em Termos Aditivos, que se tornarão parte integrante deste Acordo mediante assinatura dos representantes legais das instituições.

vinculados a este Acuerdo de Cooperación. Ambas Universidades deben acordar reglas de articulación para garantizar la adhesión de todas las instituciones a las reglas establecidas en sus respectivos Reglamentos de Propiedad Intelectual. Por lo tanto, ninguno de los resultados de la cooperación científica o técnica puede ser utilizado sin el acuerdo previo de ambas instituciones. La institución que no cumpla con el contenido de esta cláusula asumirá la responsabilidad legal correspondiente.

### **CLAUSULA NOVENA - DEL SEGURO**

Los profesores, alumnos y personal técnico-administrativo involucrados en los programas de cooperación en el marco de este Acuerdo deberán cumplir con los requisitos de inmigración del país de la institución anfitriona y deben contratar un seguro internacional con cobertura médica y hospitalaria por el período de su estadía en el extranjero.

### **CLÁUSULA DÉCIMA- DE LOS DAÑOS Y PÉRDIDAS**

Se acuerda expresamente que ninguna de las instituciones tendrá responsabilidad civil por daños y perjuicios que puedan ocurrir por fuerza mayor o por casos fortuitos que impidan la continuidad de las actividades establecidas en este acuerdo o en sus instrumentos derivados, con la posibilidad de reanudarse estas actividades bajo las mismas condiciones y circunstancias ante la desaparición de las causas que llevaron a su suspensión, hasta su conclusión total.

### **CLÁUSULA UNDÉCIMA - DE LAS ENMIENDAS**

Las enmiendas o cambios de cualquier naturaleza se establecerán en Adendas, que se convertirán en una parte integral de este Acuerdo una vez firmadas por los representantes legales de las instituciones.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO**

Este Termo de Cooperação poderá ser denunciado e/ou rescindido por qualquer uma das instituições, desde que aquela que assim o desejar comunique à outra, por escrito, com antecedência de cento e oitenta (180) dias. As atividades em andamento, por força de projetos previamente aprovados e cobertos por Termos Aditivos, não serão prejudicadas, devendo, conseqüentemente, ser concluídas ainda que ocorra denúncia por uma das instituições.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

Para dirimir dúvidas que possam ser suscitadas na execução e interpretação do presente Acordo, as instituições envidarão esforços na busca de uma solução consensual. Não sendo possível, as instituições indicarão, de comum acordo, um terceiro, para atuar como mediador.

E, por estarem assim acordados, assinam o presente instrumento em duas vias bilingües (língua portuguesa/língua inglesa) de igual teor e forma, para fins de direito.

Natal (BR) 29 de outubro de 2019

  
\_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. José Daniel Diniz Melo**  
Reitor da "UFRN"



**CLÁUSULA DUODÉCIMA - DE LA RESCISIÓN**


Este Acuerdo de Cooperación puede ser denunciado y / o rescindido por cualquiera de las instituciones, siempre que la institución que lo desee envíe una comunicación a la otra institución, por escrito, con antelación de ciento ochenta (180) días. Las actividades en curso, en virtud de proyectos aprobados previamente y cubiertos por Adendas, no se verán comprometidas y, por lo tanto, deben completarse incluso si una de las instituciones presenta una queja.

**CLÁUSULA DECIMO TERCERA - DEL JUZGADO COMPETENTE**

Para resolver cualquier duda que pueda surgir en la implementación e interpretación de este Acuerdo, las instituciones se esforzarán por llegar a una solución amistosa. Si eso no es posible, las instituciones deberán indicar, de común acuerdo, un tercero, para actuar como mediador.

Y, en fe de lo cual, las instituciones firman este instrumento en dos copias bilingües (idioma portugués / español) de igual contenido y forma, a los efectos de la ley.

Ciudad de México a 11 de DIC. de 2019

  
\_\_\_\_\_  
**Dr. Eduardo Abel Peñalosa Castro**  
Rector General de la "UAM"

Revisión Jurídica

  
\_\_\_\_\_  
**Mtro. J. Rodrigo Serrano Vásquez**  
Abogado General